

## FRANCHISING

# Personal 20 abre espaço no Porto

A rede Personal20, franchising português de fitness e primeiro conceito nacional de eletro fitness, inaugurou em fevereiro o primeiro ginásio em Odivelas, tendo já aberto um novo espaço no Porto e contratos assinados para novas aberturas em Almada e Vila Real.

O "corner" Personal20 está inserido no Vivafit Porto, na Rua Damião de Góis, espaço com mais de 10 anos que apostou na eletroestimulação para alargar a oferta às suas clientes e captar aquelas que dizem não ter tempo para fazer exercícios.

Além de Portugal, a nova marca tem ginásios em Santander (Espanha) e em Omã, estando o Personal20 em avançadas negociações para abrir dois "Boutique Studios" nos Estados Unidos.

A rede Personal 20 é um conceito de fitness que junta equipamentos de eletroestimulação muscular com o acompanhamento permanente de um "personal trainer".

Segundo dados da marca, "cada sessão de treino é totalmente personalizada e dura apenas 20 minutos, mas equivale a mais de uma hora de treino num ginásio regular, devido à utilização da eletroestimulação muscular. Uma ses-

são de 20 minutos por semana é suficiente para manter a forma e em apenas 30 dias os clientes já obtêm resultados", assegura a rede.

Ainda de acordo com a marca, este treino "trabalha mais de 350 músculos em simultâneo, recrutando cerca de 90% das fibras musculares e obtendo perto de 36.000 contrações musculares em apenas 20 minutos, sendo que o cliente obtém benefícios muito superiores a um treino tradicional de 90 minutos".

Os planos de treino Personal20, "desenhados consoante a necessidade do cliente, são indicados para emagrecimento, perda de peso, redução de celulite, crescimento da massa muscular, tonificação e definição corporal, recuperação pós-parto; melhoria da postura corporal, melhoria da circulação linfática e relaxamento".

Os fundadores do conceito, Pedro Ruiz (Vivafit) e Alexandre Lourenço (Bodyconcept), acreditam o mercado global deve ser o mercado que natural de qualquer negócio, sendo que a geografia de expansão do franchising Personal 20 pretende seguir esta estratégia.

Os dois responsáveis possuem mais de 20 anos de experiência acumulada



em franchising. Pedro Ruiz e a sua esposa fundaram em 2012 o conceito de franchising Vivafit, hoje presente em 10 países - Índia, Indonésia, Cazaquistão, Malásia, Omã, Portugal, Espanha, Taiwan, EUA e Uruguai.

Alexandre Lourenço foi co-fundador em 2005 do franchising BodyConcept e da DepilConcept em 2007, com 110 unidades, em diversos países, como o Brasil, Cabo Verde, Portugal, República Checa e Polónia, entre outros. Juntos, estes dois sistemas detêm 170 unidades em 14 países, num negócio de 20 milhões de euros que emprega cerca de 950 pessoas.

## Loja do Condomínio reforça internacionalização

No âmbito do seu processo de internacionalização, a Loja do Condomínio marcou presença na Franchising & Retail Expo (F&Re) em Bolonha, Itália, evento que integra, ainda, o World Franchising Council.

A Loja do Condomínio prossegue a sua estratégia de expansão internacional através da Franchising & Retail Expo, em Bolonha. Com a sua participação nesta feira, a marca pretendeu apresentar-se no mercado italiano e chegar também aos cerca de 40 países presentes no evento, com o objetivo de divulgar informação sobre a empresa, aumentar e consolidar a sua rede de contactos e estreitar laços com potenciais parceiros de negócio.

Realizada em parceria com a Assofranchising, a primeira edição da F&Re Bolonha contou com a presença de 160 marcas, numa forte aposta na área interna-

cional, integrando o evento anual World Franchise Council - que contou com a participação de 44 associações de franchising - e associando-se à primeira feira online de franchising, a Web Franchising Expo.

Paulo Antunes, CEO da Loja do Condomínio, referiu que "a Loja do Condomínio está atualmente presente, em sistema de franchising, em Portugal, Espanha e Brasil", tendo já afirmado à VE que está em análise a entrada num novo mercado. "Encaramos o convite da APF para estarmos presentes numa das mais importantes mostras do que de melhor existe no mundo do franchising, como um reconhecimento da maturidade que a LDC já atingiu no mercado nacional e como um estímulo para prosseguirmos o nosso processo de internacionalização".

PUB

**MORANGOS**

UM LUGAR PARA CRESCER

Creche  
Jardim de infância  
Academia  
Fun park

JÁ SE ENCONTRAM ABERTAS AS INSCRIÇÕES PARA O PRÓXIMO ANO LETIVO  
DESCOBRIR A MORANGOS MAIS PRÓXIMA DE TI!

**WWW.MORANGOS.PT**



**CAVALEIRO MACHADO**  
Advogado - CMDG & Associados  
Assessor Jurídico da APF  
cavaleiro@cm-law.eu

## Pactos atributivos de jurisdição nos contratos de franquia

Quando perante contratos de franquia que envolvam um Franquizador estrangeiro, mormente fora da União Europeia, seremos certamente confrontados com uma cláusula atributiva da lei aplicável ao contrato que não a portuguesa e comunitária, bem como quanto ao tribunal competente para dirimir um eventual conflito entre as partes que não um português. É, assim, recorrente a tentativa por banda do Franquizado de tentar escapar a tal clausulado, todavia, depois do contrato celebrado, tal mostra-se muito difícil, como o têm demonstrado sucessivas decisões dos nossos Tribunais Superiores. Importa, pois, estar bem consciente das consequências de celebrar um contrato que nos remete para uma legislação que desconhecemos e para um tribunal onde dificilmente possamos fazer comparecer as nossas testemunhas, seja por questões logísticas seja pelos inerentes custos financeiros com a respetiva deslocação.

A verdade é que em Portugal, por força do disposto nos artigos 41.º e 405.º n.º 1 do Código Civil, podem as partes submeter livremente os contratos à legislação que lhes aprovar, desde que esta tenha conexão com algum dos elementos do negócio jurídico e com alguma das partes, sendo que o disposto no artigo 38.º do Regime Jurídico do Contrato de Agência, a aplicar-se aos contratos de franquia, apenas restringe esta liberdade quanto ao regime da cessação do contrato e nos casos em que a legislação portuguesa se mostre menos vantajosa para o agente. O que, segundo os nossos tribunais, não impede um tribunal estrangeiro de aplicar tal dispositivo, pelo que a competência do mesmo seria inatacável.

Acresce que Portugal é parte contratante na Convenção de Roma de 16/06/1980 sobre a Lei aplicável às obrigações contratuais, que pelos seus artigos 2.º e 3.º permitem a livre escolha da lei aplicável ao contrato.

Por força do Regulamento (EU) n.º 1215/2012 (artigo 25.º n.º 1), e dentro

dos limites das convenções internacionais aplicáveis e das regras de conexão estabelecidas nos artigos 62.º e 63.º e 94.º do Código Civil, podem as partes livremente, por escrito, estabelecer um foro internacional para dirimir um conflito. Todavia, a aplicar-se a legislação portuguesa, tal pacto deveria respeitar o disposto na alínea g) do artigo 19.º do Regime Jurídico das Cláusulas Contratuais Gerais, que proíbe que se estabeleça "um foro competente que envolva graves inconvenientes para uma das partes, sem que os interesses da outra o justifiquem", só que os Tribunais superiores portugueses têm entendido que essa questão está a jusante, devendo ser o Tribunal convenção a decidir sobre a validade dessa cláusula.

Por outro lado, sendo competentes os tribunais portugueses, apesar de em geral serem permitidos os pactos de atribuição de jurisdição e competência (artigos 94.º e 95.º do Código do Processo Civil) a verdade é que legislador português veio, por força do que dispôs no artigo 104.º do Código do Processo Civil, limitar grandemente essa liberdade de escolha do foro, pelo que importa sempre verificar se o objeto do litígio e o foro convenção não colidem com aquele dispositivo legal.

Como alternativa na negociação sobre o aforamento, as partes são livres de convencionarem a submissão de qualquer litígio à arbitragem, nacional ou internacional, regendo-se a arbitragem em Portugal pela Lei n.º 63/2011 de 14 de dezembro. De salientar que, por força do disposto no n.º 4 do artigo 39.º daquela Lei, se as partes não preverem expressamente na convenção de arbitragem a admissibilidade de recurso da decisão arbitral, a mesma é irrecorrível. Neste sentido, para alguns Centros de Arbitragem em Portugal, é condição sine qua non que a submissão dos litígios ao centro de arbitragem envolva a renúncia pelas partes aos recursos.